

‘Prosseguiremos na rota traçada’, diz Lula

Fábio Motta/AE

Presidente reafirma que crise mundial não vai alterar a política econômica brasileira

WILSON TOSTA

RIO – Em resposta aos temores de mudança nos rumos da economia brasileira por causa da deterioração da conjuntura internacional, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reafirmou ontem a disposição de “continuar na rota traçada” e disse que “precisamos confiar em nós mesmos e não ficarmos olhando as tentativas de crise internacional causada por aumento de juros americanos”.

Dante de uma platéia de políticos, empresários e economistas na abertura do 16.º Fórum Nacional, Lula descartou a possibilidade de novos planos econômicos, afirmou que sua administração honrará o pagamento da dívida pública e declarou que continuará com as reformas, com possíveis novas mudanças na Previdência Social.

“Trata-se de um caminho que deve ser construído dia-a-dia, pelo esforço consciente de

cada um e de nós”, discursou, ao abordar a política econômica do governo. “Caminho que é incompatível com planos supostamente milagrosos, pacotes aparentemente mágicos, atalhos inexistentes para o progresso e a justiça.”

Em referência ao debate, no governo, entre os adeptos da estabilidade e os do crescimento, o presidente pregou a necessidade de “superar, na teoria e na prática, dicotomias artificiais do passado”, referindo-se ao mesmo debate verificado no governo Fernando Henrique.

Lula reconheceu que “tropeços circunstanciais existem, como em qualquer governo”, e, “se a experiência recomenda”, são feitos aperfeiçoamentos. “Mas prosseguiremos na rota traçada, porque acreditamos nela e no Brasil.”

O presidente afirmou que, com as mudanças na Previdência e nos impostos, cumpriu duas das cinco reformas anunciadas no início da administração. As demais são a trabalhista, a agrária e a política. “Vamos cumprir, nos próximos dois anos e meio, as etapas seguintes”, prometeu.

Ele elogiou a reforma previdenciária, votada no ano passa-



Lula na abertura do 16.º Fórum Nacional: “Não queremos uma economia para um mandato”

do pelo Congresso, mas afirmou que “novos passos devem ser dados” nesse campo. “O Regime Geral de Previdência ainda tem déficits importantes, sobretudo pelo elevado grau de informalidade na economia”, lembrou.

Lula disse que uma redução imediata dos impostos, recla-

mada pelos críticos da reforma tributária, seria “uma grave irresponsabilidade” por causa dos desequilíbrios nas contas públicas, que levaram o Brasil a contrair uma “elevada dívida”. “Dívida que foi e continuará a ser honrada pelo nosso governo, ao mesmo tempo em que fazemos o máximo

esforço para reduzir, paulatinamente, o seu peso em relação ao Produto Interno Bruto”, ressaltou.

Segundo Lula, quando há bons projetos, “as coisas acontecem no Brasil”. “Muitas vezes, ficamos chorando muito, e o BNDES pode ser prova de que nem sempre por trás da

choradeira há um bom projeto para receber os investimentos necessários”, afirmou.

Segundo ele, de janeiro a março, de acordo com dados do Ministério do Trabalho, foram criados 347 mil empregos, “pouco diante das necessidades, mas o máximo de emprego com carteira assinada desde 1992”. “Portanto, estou convencido que nós precisamos apenas confiar em nós mesmos e não ficarmos olhando as tentativas de crise internacional causada por aumento de juros americanos”, pediu. “Afinal, não queremos uma economia para um mandato, queremos uma economia para um País e isso só será feito com muita seriedade.”

Diferentemente de outras ocasiões, nas quais abandonou o discurso previamente escrito para introduzir comentários improvisados, que lhe causaram problemas, ontem o presidente assumiu atitude cautelosa. Disciplinadamente, leu, durante 29 minutos, o pronunciamento, na abertura do Fórum. Não saiu do texto nem quando quatro advogados da União se levantaram na platéia e, em silêncio, exibiram um cartaz que dizia: “Advogados públicos federais e defensores públicos da União em greve há mais de 60 dias. Presidente Lula: determine a negociação!” A segurança não interveio.